

GESTOS DE LEITURA NA/DA CIDADE: CART(AS)OGRAFIAS DE UM VIAJANTE

Gestures of reading in the city: letters of a traveler

Wellington Marques da Silveira

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
wellington.unemat-lettras@hotmail.com

Olimpia Maluf Souza

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
olimpiamaluf@gmail.com

Fernanda Surubi Fernandes

Universidade Estadual de Goiás - UEG
fernanda.fernandes@ueg.br

Resumo

Este trabalho toma como espaço de leitura o território, enquanto linguagem/discurso, logo, como lugar possível de (des)identificação do europeu em viagens ao Brasil. Assim, buscamos compreender, na materialidade discursiva do relato de viagem do século XIX, modos de dizer a/da cidade como um discurso que faz movimentar a imagem que o viajante faz de si e do habitante local. Trata-se de compreender, a partir do lugar teórico discursivo implementado por Michel Pêcheux, na França, e redimensionado por Eni Orlandi, no Brasil, os gestos de leitura do viajante à cidade, como formulações que textualizam as posições dos sujeitos em jogo quanto dos lugares os quais estes representam: *eu, outro, lá, aqui*. Recortamos a Expedição do Barão Langsdorff em Mato Grosso, mais precisamente na cidade de Cáceres, em 1827, cujo principal objetivo foi o de realizar novas descobertas científicas, geográficas, estatísticas e o de estudar novos produtos ainda não documentados pela história natural. O diário da viagem (*Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas* (de 1825 a 1829)) foi produzido pelo francês Hércules Florence, um dos pintores e desenhistas da Expedição, e traduzido por Visconde de Taunay. Dos trajetos percorridos por Florence, elegemos aquele em que o viajante narra suas impressões sobre o Rio Paraguai, produzindo uma *crônica da cidade*, e cujos efeitos de sentido confrontam, pelas relações (ora de afeto ora de distanciamento) do viajante com a terra, memórias de sentidos e posições discursivas historicamente estabelecidas.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Rio Paraguai. Relatos de viagem. Hércules Florence.

Abstract

This work takes as a space of reading the territory, while language / discourse, therefore, as a possible place of identification of the European in trips to Brazil. Thus, we aim to understand, in the discursive materiality of the nineteenth-century travel account, ways of telling the city as a discourse that moves the traveler's image of himself and the local inhabitant. It is a question of understanding, from the theoretical discursive place implemented by Michel Pêcheux in France, and resized by Eni Orlandi in Brazil, the reader's gestures to the city, as formulations that textualize the positions of the subjects at play as places which these represent: I, another, there, here. We cut the Expedition of Barão Langsdorff in Mato Grosso, more precisely in the city of Cáceres, in 1827, whose main objective was to make new scientific discoveries, geographic, statistics and to study new products not yet documented by natural history. The voyage diary (Tietê river trip to the Amazon (from 1825 to 1829)) was produced by the French Hercules Florence, one of the painters and designers of the Expedition, and translated by Viscount de Taunay. Of the routes covered by Florence, we chose the one in which the traveler recounts his impressions on the Paraguay River, producing a chronicle of the city, and whose effects of meaning confront, by the relations (now of affection now of distanciamento) of the traveler with the earth, memories of historically established senses and discursive positions.

Keywords: Discourse Analysis. Paraguay River. Travelreports. Hercules Florence.

Introdução

O efeito de unidade e de ordenamento dos fatos na narrativa de episódios se encontra no cerne da composição dos relatos de viajantes. Nessas escrituras, a representação do Novo Mundo e do homem não-europeu, orientada por princípios etnocêntricos, constituiu uma tarefa tanto conveniente quanto atraente para a figura do colonizador.

No movimento da escrita e das andanças, os gestos de interpretação se (re)formulam na relação do viajante como o espaço *esquadrinhado*. Assim, os textos produzidos nas viagens, em sua relação com o espaço, não constituem tão somente “retóricas caminhatórias”¹, em que o viajante mantém-se fidedigno às descrições físicas, mas uma injeção do viajante ao simbólico, ao campo da linguagem.

As idas e vindas, as estadas e as paragens, compõem, simultaneamente, o processo civilizatório/explorador e a criação de representações, identidades e lugares discursivos, tanto para o europeu quanto para o habitante do Novo Mundo.

¹ Ver Michel de Certeau (1994).

Assim, é na narrativa de viagem que buscamos compreender o deslocamento e o território como elementos que (des)identificam o sujeito na viagem, a partir de sua relação com o espaço documentado.

Dessa forma, trazemos neste artigo as impressões *sobre* o Rio Paraguai – localizado em Cáceres-MT –, registradas pelo naturalista francês Hércules Florence, inventor da fotografia e 2º desenhista da Expedição do Barão Langsdorff. Essa jornada científica, empreendida na segunda metade do século XIX, integra o imaginário de viagens que situou a figura dos viajantes naturalistas como homens de ciência e protagonistas da disseminação e da incorporação do saber científico no cenário mundial.

Descobrir e conquistar: memória e/da língua do Brasil

Nossa memória de colonização mantém uma relação necessária com as práticas de posse da terra que aqui se desenvolveram. O europeu, ao atracar em mares brasileiros, significou o território de tal modo que determinados sentidos cristalizaram-se na história de constitutividade de nosso país, ressoando, mais tardiamente, nos dizeres – tanto do âmbito jurídico quanto historiográfico/literário/social –, fazendo circular imaginários específicos sobre o domínio ibérico no Brasil.

Referimo-nos, mais precisamente, aos sentidos vinculados às palavras *descoberta* e *conquista* do território, enquanto disjunções administradas por diferentes memórias sócio históricas. Nessa direção, quais as implicações históricas e ideológicas determinam a dispersão e/ou identificação dos sentidos filiados a esses vocábulos?

Os textos que retrataram as grandes viagens no período da colonização põem em visibilidade modos de como a língua funciona enquanto “retrato do processo de produção da nossa nacionalidade”²: as palavras estabelecem relações intrincadas com a construção sócio histórica e ideológica de nosso país, visto que historicizam sentidos, colocando em jogo distintos lugares de significação. São, portanto, “[...] espaços da identidade histórica: é a memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima” (ORLANDI, 1993, p. 13).

² Formulação produzida pela Prof.^a Elizabeth Siqueira Madureira, na primeira edição do curso de extensão sobre Literatura Mato-grossense, promovido pela Academia Mato-grossense de Letras (AML), em março de 2015.

À memória cabe, então, o papel de sedimentar sentidos, quereverberam na composição da trama complexa de significação da realidade humana. Nesse movimento de significação, que vai legitimar sentidos para os nativos a partir do discurso do colonizador, distintas redes de memória (se) compõem, historicamente, as palavras *descoberta e conquista*.

Dessa forma, a primeira sugere o

[...] ato ou efeito de descobrir (algo), retirando-lhe a proteção, a cobertura, a capa ou invólucro que cobre, esconde;
descobrimento *1/fig.* ação, processo ou efeito de revelar a si próprio, a outrem e/ou às pessoas em geral (alguma coisa de que, até então, **não se sabia ou que se achava escondida**) [...] **invenção, criação de algo através do conhecimento técnico**etc [...] reconhecimento do valor, da importância de (algo ou alguém) até então ignorado [...] a experiência de (algo) vivenciado de maneira intensa pela primeira vez [...] **a obtenção de domínio, de controle sobre (algo) [...] a chegada, a conquista e a exploração do território oficialmente desconhecido ou ignorado** [...] criações, invenções revolucionárias [...] que influenciaram de maneira radical o conhecimento e a história da humanidade, transformando-os definitivamente [...] ³ (Grifos nossos)

A prática do descobrir implica, pois, a retirada de uma cobertura, um descortino que revela novos horizontes, cujo produto evoca – naquele que descobre – uma satisfação ou repúdio em face do novo, do diferente. Sob essa perspectiva, os efeitos de sentido que aí são produzidos partem de um funcionamento em que temos os viajantes europeus enquanto “removedores” de uma coberta de dúvidas que plasmava sobre o Novo Mundo.

Falar em *descobrimento* e não em *conquista* do Brasil é perfeitamente aceitável se considerarmos a possibilidade de intervenção do real da história⁴ como recorte do simbólico que permite o funcionamento das diferentes versões sobre um determinado acontecimento, fato histórico. Desse modo, convocam-se distintas memórias, a partir de diferentes filiações ideológicas.

Temos, ainda, a começar do que sugere o vocábulo *descobrir/descoberta* rastros de um discurso que se pretende, ao mesmo tempo, científico e unificador: há,

³Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra>. Acesso em: 05/06/2015.

⁴Mariani (2008, p.26) assinala que o trabalho do real da história se dá pelos “[...] pontos de impossível determinando o que não pode não ser dito de outra maneira. É porque há real, algo que escapa ao simbólico, que nos deparamos com a falha na cadeia significante e com seus efeitos, ou seja, os deslizamentos de sentidos, os equívocos, os atos falhos”.

pelo *descobrimento*, uma necessidade de apagamento da memória existente, como se ela nunca tivesse existido; a cientificidade e a objetividade dos primeiros escritos revelam “[...] um discurso em que os europeus são sempre o ‘centro’, dado o discurso das descobertas que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos ‘outros’ absolutos” (ORLANDI, 1990, p. 47); assim, os colonizadores criam, *descobrem* um novo mundo pelo conhecimento português, detentor do olhar científico, já livre da fabulação desmistificada pelas primeiras viagens rumo às Índias.

Em consonância com o imaginário suscitado pela *descoberta*, temos significando o domínio/controlado e a exploração tanto do território quanto dos primeiros habitantes – os índios. Nessa direção, a *língua indígena*⁵ não aparece na história jurídico-documental brasileira, uma vez que os textos do Brasil Quinhentista foram produzidos pelos missionários, pelos cientistas (viajantes) e pelos políticos.

Nos primeiros relatos, como na carta de Pero Vaz de Caminha e de José de Anchieta, os povos indígenas são reduzidos, pela discursividade *civilizatória* vigente, a “argumentos” da retórica colonial. Dessa forma, tais formulações europeias engendram um imaginário indígena que faz com que o índio

[...] não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta (...) esse silêncio pode ser compreendido com resistência de toda a tentativa como existência do índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se “espera” que ele fale). Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o índio, processo que o colocou *no* silêncio. Nem por isso ele deixa de significar em nossa história (ORLANDI, 2007, p. 58)

Com efeito, o encontro entre os dois povos não se deu de modo pacífico, mas marcou o embate histórico que nos legou a memória de um povo subsumido por interdições: a tentativa de apagamento da fé, da língua, dos costumes, das vestimentas etc. dos povos indígenas.

Da *descoberta* ao confronto. O litígio entre diferentes culturas decalca o funcionamento das diferentes posições-sujeito em jogo: o índio e o europeu flagram-se, concomitantemente. Mas não sem estranhamento. A posição de ataque denota o

⁵ Segundo Mariani (2004), a língua indígena constitui a “língua geral”, “a língua primeira”, interdita pela necessidade de interiorizar os nativos na discursividade religiosa e civilizatória, através da prática catequética.

incômodo intrínseco ao desconhecido, que se aproxima exatamente pela curiosidade fomentada pela dúvida.

O gesto de leitura de Silva (1865-1959) captura o imaginário sobre o cenário do primeiro encontro:



Figura 1: Quadro *Desembarque de Cabral* (1865-1959), do pintor brasileiro Oscar Pereira da Silva⁶.

Pela *descoberta* temos, então, implicados sentidos que esvaziam a substância significativa do outro (como que jamais existida), cuja memória, costumes, modos de ser/estar no território cedem lugar para as armas, para o desejo de dominação, para o conhecimento “autorizado” a legitimizar desconhecidos.

Nas redes de memória que compõem a história de colonização, vemos circular certos sentidos cujos funcionamentos produzem efeitos na memória do corpo social de um país colonizado. Certamente, tomar a posse da terra como *descobrimento* produziu, para o imaginário nacional, sentidos que silenciaram modos de (se) significar dos sujeitos que há muito já “desfrutavam” do território que hoje compreende o Brasil.

Por outro lado, a língua, sujeita a falhas e, logo, capaz de equívoco, torna possível a produção de diferentes gestos de interpretação dos acontecimentos que

⁶Disponível em: http://www.brasil.gov.br/old/copy_of_imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia/desembarque-de-pedro-alvares-cabral-em-porto-seguro-em-1500/view. Acesso em: 27/03/2015.

marcaram nossa história de constitutividade. Assim, que sentidos a *conquista* (e não mais do *descobrimento*) faz circular nos substratos da memória e da identidade dos colonizados?

Os saberes são constituídos alhures pelo poder que a memória tem de cristalizar os sentidos de um vocábulo ou expressão. Desse modo, *conquistar* movimenta, na história, as significações:

[...] **apossar-se ou dominar pelas armas**; submeter, subjugar, tomar [...] alcançar, conseguir, **dominar (determinada coisa)**, sobrepujando obstáculos ou **enfrentando oposição**[...](Grifos nossos)⁷.

As análises das definições nos autorizam estabelecer recorrências e descontinuidades entre os vocábulos – *descobrir* e *conquistar*. Um efeito de recorrência possível: a dominação pela imposição da força, estruturada pela soberania, situa os colonizadores em uma posição de significação marcada, necessariamente, pela detenção do controle.

A *conquista* produz, no entanto, certos deslocamentos de sentido em relação à primeira: ainda que houvesse uma tentativa de apagamento, alega-se, agora, a memória e os costumes de um povo. Os sentidos suscitados pela memória discursiva que se tem da *conquista* do território nos remetem a um imaginário (de interdição dos indígenas, de sua língua e de sua cultura) que não se deu sem o embate entre povos, mas assumiu, reconheceu, a existência de “um outro” primeiro – que precisou ser “silenciado” pelo discurso científico “autorizado” a fundar o território.

Sob os dois vieses, têm-se olhares que representam recortes possíveis ao nível do real constituinte do acontecimento da colonização, cuja representação escapa aos (des)limites dos vocábulos. Enquanto o primeiro configura um processo que descortina o invólucro do desconhecido, do inabitado e do “não significado”, o segundo circula, na memória do corpo social, como um gesto de afirmação de uma identidade nacional.

Tais imaginários, que produzem descolamentos de sentidos, conduzem também os viajantes a transitar rumo à *conquista/descoberta*, colocando em movimento as memórias, os esquecimentos, os intentos, os estranhamentos e os (pré)conceitos na arte de compor o mundo.

⁷Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra>. Acesso em: 05/06/2015.

Da escrita, das andanças: a crônica sobre o Rio (des)identifica o viajante na cidade

Constitui o escopo de reflexão deste artigo a leitura discursiva dos registros do naturalista francês Hércules Florence, recortando as impressões produzidas para/sobre o Rio Paraguai, de modo a pôr em visibilidade a construção do(s) lugar(es) de (des)identificação do viajante-naturalista, a partir da ocupação de posições discursivas possíveis, em face das descrições que Florence tece a partir do principal corpo citadino de Cáceres – o Rio.

Embora no discurso naturalista⁸ esteja circunscrita a tentativa de representação/reprodução fiel da natureza pelo artista-viajante, veremos que as escrituras produzidas com o fim de cartografar o território também constituem espaços de (re)invenção de sentidos sobre o território brasileiro e de reconhecimento do narrador a outras posições de significação, inaugurando outros processos de identificação.

Trata-se, então, de compreender uma escrita que põe em jogo a posição do próprio escritor, ou seja, a imagem que este faz de si e dos outros (habitantes nativos), enquanto narrador dos fatos e (re)produtor dos efeitos de sentido *sobre* o Rio. É, pois, por esse trajeto, que propomo-nos compreender, na/pela escritura de Florence, um espaço possível de fratura, de rivalização e de errância dos lugares de (des)identificação entre o naturalista e o imaginário produzido acerca da posição assumida pelos habitantes nativos.

Para dar visibilidade ao processo discursivo no qual são inscritas as formulações do naturalista que elegemos para essa investigação, faz-se necessário apresentar uma proposta de leitura dos objetivos da expedição científica que financiou o trabalho documental de Florence: a Expedição Langsdorff. Isso porque partimos do pressuposto de que o discurso funciona a partir de determinadas condições de produção (ORLANDI, 1990). As condições de produção do discurso compreendem, ao mesmo tempo, o nível imediato, estrito, do dizer, ou seja, os sujeitos que formulam e as

⁸ O discurso naturalista representa, por excelência, a tentativa do fechamento do simbólico, uma vez que se trata de uma discursividade cuja principal característica é a descrição, de forma detalhada e “sem equívocos”, dos elementos pertencentes à fauna e à flora. Têm-se, nessa perspectiva, viajantes que buscam impedir, suturar, o fluxo dos sentidos por meio da precisão da escrita e das descrições produzidas nessa discursividade.

situações em que se produzem os dizeres, e o plano histórico-ideológico destes, ou a memória de sentidos que atravessam as formulações.

Dessa maneira, as condições imediatas do empreendimento da Expedição compreendem o primeiro reinado no Brasil que, após o decreto da independência por D. Pedro I, testemunhou um período de profundas transformações, sobretudo no âmbito das pesquisas científicas. Com a independência, o território brasileiro torna-se o escopo de observação e de exploração de outros cientistas, oriundos de outras nações europeias. Essa abertura vai significar uma possibilidade de reinvenção do Novo Mundo, uma vez que a nova discursividade – científicista – implicará numa outra posição discursiva para os viajantes: a atividade de documentação dos elementos naturais. A esse respeito, Fetz (2012, p.42) afirma que:

A entrada de naturalistas no Brasil fortaleceu a imagem da natureza do Novo Mundo, traduzido na forma de um imperativo quase que insuperável pelo mundo cultural. Período de transformações é o mundo físico e social, que foi objeto de estudo de inúmeros viajantes europeus, que incorporou o saber, o método, a epistême, bem como os preconceitos traduzidos na forma de etnocentrismo calcados na forma moderna de ver, qualificar, classificar e ordenar o mundo.

Diante do que aponta o autor, vemos que o olhar europeu desloca seu ponto de observação, redimensionando o enfoque sobre o território. Ao contrário do que ocorreu, pelo controle forçado, no início do período colonial, o período naturalista foi marcado por uma atividade exploratória cujo cerne situa-se no domínio da ciência. Têm-se, em dois períodos distintos, modos diferentes de sujeição do povo brasileiro e de sua memória discursiva, que se encontram sempre em um movimento de ressignificação pelo discurso do europeu.

A Expedição Langsdorff foi um empreendimento científico realizado no século XIX, entre 1827 e 1829⁹, e liderada pelo alemão Barão Grigory Ivanovitch Langsdorff. O trajeto percorrido nesta viagem compreendeu desde a capitania de São Paulo até o Amazonas¹⁰. Dentre os objetivos dessa jornada, destacam-se a realização de novas

⁹ É a partir de 1825, que a expedição seguiu viagem pela província de São Paulo, passando por Mato Grosso até chegar ao Amazonas. Nesse percurso, os viajantes analisaram não só aspectos naturais, mas também elementos sociais, etnológicos e linguísticos brasileiros.

¹⁰ Conforme Moura (1984), o trabalho da Expedição compreendeu a observação de diversas regiões das capitanias brasileiras: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso (norte e sul), Rondônia, Amazonas e Pará.

descobertas científicas, geográficas e estatísticas, bem como estudos sobre produtos não conhecidos no mercado e a coleção de objetos provenientes do reino natural. O trabalho da Expedição integrou vários profissionais, tais como artistas, botânicos, naturalistas e cientistas.

O czar russo Alexandre I financiou a Expedição que, em 1821, empreendeu uma jornada científica em busca de um reconhecimento no/do interior do Brasil. Partindo da atual sede do governo português no Brasil – o Rio de Janeiro –, o grupo de exploradores e artistas percorreu, aproximadamente, 17 mil quilômetros.

Em virtude de a Expedição ter dedicado parte de sua produção a pesquisas etnográficas e linguísticas¹¹, e não só à catalogação de espécies da fauna e da flora, os estudos liderados por Langsdorff apresentaram um caráter bastante diferenciado se comparados a outras expedições realizadas até aquele momento no Brasil. O material coletado na/pela Expedição foi resultado do trabalho de 39 estudiosos, dentre eles, os pintores Johann Moritz Rugendas, Hércules Florence e Aimé-Adrien Taunay, cujas reproduções da flora, da fauna e dos nativos brasileiros constituíram verdadeiros documentos históricos, bem como produções artísticas que materializaram e (re)inventaram sentidos para o sujeito e para a língua nacionais.

Como mostramos, na narratividade produzida pelo viajante do século XIX, os processos de identificação se realizam pela cartografia da fauna e da flora brasileiras, uma vez que se trata de uma discursividade que coloca o Brasil na ordem de um discurso cientificista, conferindo legitimidade aos elementos naturais constitutivos do território brasileiro.

Visibilizamos, a partir de sequências discursivas recortadas de seu diário, processos de (des)identificação produzidos na relação entre Florence e o Rio Paraguai:

O mais importante itinerário foi realizado através dos rios, por onde percorreram os sertões do extremo oeste e do norte.

¹¹ No que concerne ao interesse pela linguagem, a Expedição buscou compreender e registrar, em diversos relatos, a língua utilizada por várias tribos indígenas, tais como, os Apicás, os Mundurucus, os Guanás, entre outras. Vale pontuar que, em expedições como essa, houve também a produção de um discurso *sobre* a língua, sobretudo em razão dos estudos linguísticos que se afinavam na Europa, no início do século XX. Nesse sentido, o naturalista produz um discurso científico sobre a língua, sustentado tanto pelos estudos linguísticos iniciais, em que a Linguística ganha o estatuto de ciência, quanto pelo pré-construído dos positivistas lógicos, que buscaram, durante muito tempo, “purificar a língua”, refutando dela todo o caráter de equívoco e/ou incompletude.

[excerto 01] Além disso, **quanto prazer em ver o Paraguai, esse rio sempre calmo e majestoso** até escoar-se no mar! (FLORENCE, 1827, p. 199, grifos nossos).

[excerto 02] [...] voguei águas acima, atraído não só pela sombra que já se estendia por sobre o rio, **como pelos encantos da corrente que sai silenciosa** de entre margens cheia de belas e altanadas árvores. (FLORENCE, 1827, p. 199, grifos nossos).

[excerto 03] Em breve vi à minha direita furos que levavam a enseadas, que banham a povoação pelo lado setentrional. Penetrei neles e vaguei num labirinto de canais, ínsuas e árvores, a surgirem de dentro d'água. É uma floresta inundada, onde reinam o frescor e a escuridão, e as águas são fundas e piscosas. Num passeio desses respira o peito com expansão, **pois a alma sente-se calma como a paisagem que a cerca e infunde-lhe benéficas impressões** (...) a custo obrigou-me a noite a deixar esses lugares, onde **o ar, a água e a floresta concorriam para a serenidade e paz de espírito**. (FLORENCE, 1827, p. 180-181, grifos nossos).

A regularidade linguística destacada nos fragmentos textualiza, pelos processos discursivos de predicação, gestos de interpretação sobre o Rio Paraguai. Nesses excertos, o “prazer”, os “encantos” e a “serenidade” que o Rio produz sobre o viajante instalam-lhe uma relação de proximidade, de ternura de Florence com o espaço simbólico significado. Trata-se de impressões que são tecidas por gestos de subjetivação, marcados, dessa maneira, por processos que identificam o viajante aos elementos naturais do espaço narrado.

Vemos atualizar, nos excertos acima, o descolamento entre as atividades de descrição e de narração produzidas por um viajante. Vejamos, pois, que Florence, pela tessitura do relato, envolve-se com o que observa, confunde-se com a natureza, como se se o escritor fosse entorpecido pelos efeitos das impressões do lugar. Dessa maneira, produz-se, então, um relato composto pela ordem discursiva da narrativa, e não descritiva, haja vista que o viajante se constituiu em uma posição sujeito-literato que se identifica nos/com os elementos e a natureza que o circunscrevem.

Observa-se, pelo efeito produzido pela predicação, a figura de um viajante que ressignifica sua função, redimensiona sua posição-sujeito, criando lugares de identificação para si e para o “outro”. Se os movimentos de identificação do sujeito ocorrem pela injunção ao simbólico, ou seja, a partir da inscrição do sujeito no corpo da linguagem, é pela narratividade do relato que podemos observar a constituição da identidade do viajante, mas não como um funcionamento que singulariza, unifica, mas como possibilidade mesma de dispersão, de deriva.

Nessa perspectiva, retoma-se o que coloca Orlandi (2010, p. 01) a respeito do caráter de dispersão da identidade do sujeito:

A identidade, como a pensamos na análise de discurso, não é uma essência, ela resulta de processos de identificação, e no caso que se apresenta, como veremos, a identidade fica refém de critérios (da nacionalidade, do país, da cidadania?) que impõem a necessidade de “solo e sangue”. Ligam-se aqui memória e espaço. Sem esquecer que, como tenho afirmado (E. Orlandi, 1990), a identidade é um movimento na história.

Se a identidade é um movimento na história, há que se considerar que os processos identificatórios não se fecham, uma vez que estes já são constituídos pelo real, como gestos no simbólico. Dessa maneira, as descrições feitas por Florence instam pontos de dispersão, não fixidez, que viabilizam a movência da identidade.

O dizer produz um discurso que materializa gestos de pertencimento do viajante com parte do território – o Rio –, que funciona no imaginário de Florence como um *espaço-símbolo* idealizado (BACHELARD, 1998). O *viajante-informante*, fidedigno à descrição do espaço e dos elementos naturais que o compõem, assume outro lugar de significação: o *narrador-habitante*. Na narrativa produzida, a relação de ternura e de afeto com parte do corpo da cidade é fundada pela predicação, mecanismo linguístico que, conseqüentemente, atinge as posições imaginárias construídas no/pelo relato.

Nessa direção, ao considerarmos que Florence fala/escreve, originalmente, do lugar do europeu, nesse gesto de inscrição, vemos o discurso do viajante produzir efeitos de sentido que o colocam “[...] dividido em relação a ele mesmo e esta divisão do sujeito se materializa nas tomadas de posição frente aos saberes que estão inscritos na formação discursiva em que se inscreve” (INDURSKY, 2007, p. 05). Ou seja, é na/pela predicação produzida no relato do viajante sobre o Rio que os sentidos espraíam, fazendo espaço para que o narrador possa se inscrever em outra formação discursiva: aquela que conformou, para o morador nativo, uma relação de ternura/de afeto com o Rio Paraguai.

Florence, enquanto viajante-naturalista, produziu um discurso romântico sobre o Rio e parece produzir com ele uma relação de afeto, ternura. Vemos ainda o funcionamento de um discurso da escrita. Isso porque, nos excertos 1, 2 e 3, a escrita de

Florence comparece como uma venda/fuga, do sujeito-viajante, uma vez que não há marcas de um sujeito que diz de “si”, pois se trata de um discurso associado a uma escrita que generaliza e que, portanto, apagas as marcas da personalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradição de leitura/produção dos textos que retrataram as grandes viagens compõe o arquivo em que se reservam os discursos produtores dos efeitos de sentido sobre o processo de colonização/exploração/documentação do território brasileiro, pelo europeu. Se, por um lado, os primeiros escritos materializaram discursos, que, elaborados pela discursividade civilizatória dos séculos XV e XVI, constituíram sentidos *sobre* a terra brasileira, *sobre* os sujeitos nativos e *sobre* a língua, as expedições científicas, iniciadas no final do século VXIII e perduradas no XIX, geriram o processo que cartografou pela linguagem os espaços naturais e as inúmeras espécies de plantas/animais encontradas no Brasil.

Trabalhar os (des)limites do discurso naturalista é considerar a incompletude dos sujeitos e, por conseguinte, não obturar os possíveis movimentos de (des)identificação, as relações de pertença, as diferentes formações ideológicas e, conseqüentemente, os lugares discursivos distintos que os habitantes do território podem assumir enquanto personagens da narrativa científica, rígida, e, ao mesmo tempo, fluida, plástica. O dizer do viajante, assim, não esconde os sentidos possíveis, mas torna visíveis – pelo retrato da relação discursiva sujeito/terra – vestígios da construção do saber sobre o espaço e sobre o sujeito nacionais.

Nessa direção, fez-se necessário precisar como o saber discursivo da cidade local, orienta, simultaneamente, os modos de olhar, ler, experimentar e de (se) identificar do viajante europeu, a partir da (re)produção dos efeitos de sentido em sua narrativa.

Além da ordenação dos fatos, a crônica produzida pelo viajante revelou a capacidade que este sujeito possui de integrar os acontecimentos, de fazer entrecruzar memórias e esquecimentos, de mostrar-se, de flagrar-se, no jogo dos significantes.

Desse modo, o gesto de leitura que nutrimos buscou delinear, do ponto de vista discursivo, o trabalho da história e da ideologia na produção dos sentidos, pelo discurso

de Florence *sobre* o Rio Paraguai. Refizemos, assim, o traçado histórico que conformou a memória discursiva sobre a colonização brasileira, que, através da pluralidade discursiva, esta prática desencadeou na história do Brasil. Desse modo, situamos os efeitos de sentido que o discurso civilizatório foi produzindo nas práticas sociais e políticas exercidas pelos viajantes europeus, por meio da produção de modelos diferentes de relatos e de narrativas.

Dessa maneira, foi através do saber discursivo que a cidade guardou/guarda sobre o Rio que visibilizamos, no/pelo dizer de Florence, como se consolidaram/(re)afirmaram os lugares que identificam o habitante nativo e o estrangeiro, mostrando, assim, que o narrador de viagens cumpre não só o papel de observador dos movimentos, do ir e vir dos sujeitos e de seus modos de identificação/significação nos/pelos espaços que a cidade conforma, mas participa, compartilha, joga com discursos que confirmam a possibilidade de os sentidos serem sempre outros.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FETZ, Marcelo. “Expedições científicas no século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural”. **Cadernos do Campo**, n. 14 e 15, 2012, p. 39-54.

FLORENCE, H. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**; Tradução de Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, Freda. “Formação discursiva”: essa noção ainda merece que lutemos por ela? *In*:

_____; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (Org.) **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Paulo: Claraluz, 2007. p. 163-172.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**; Brasil (séculos XVI a XVIII) e estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes Editores, 2004. 187 p.

MOURA, Carlos Francisco. **A expedição Langsdorff em Mato Grosso** (Desenhos e Pinturas Inéditos há mais de 150 Anos). Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora/Universidade Federal de Mato Grosso, 1984.

ORLANDI, Eni P. “Reimpressão do singular: um olhar francês sobre o Brasil”. In: **Terra à vista**. Discurso do confronto:velho e novo mundo. Campinas, SP: Cortez, 1990.

_____. “Vão surgindo sentidos”. In: **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

_____. “Processo de descolonização linguística e ‘Lusofonia’”. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, nº 19/Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. “Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória”. In: **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v. 01, n.1, jul./2010.

Wellington Marques da Silveira

Docente do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Cáceres-MT). Mestrando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* da UNEMAT/Cáceres-MT.

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4611690U0>

Olimpia Maluf Souza

Docente do departamento de Letras e do programa de Mestrado/Doutorado em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres. Coordenadora do Projeto de Pesquisa *Processos de autonomia, de produção e de identificação intelectual: a Análise de Discurso no Centro-Oeste*.

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771470E7>

Fernanda Surubi Fernandes

Docente do departamento de Letras da Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Câmpus Iporá. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres.

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4259498T8>

Artigo Recebido em Março de 2018.
Artigo aceito para publicação em Maio de 2018.